

39

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social
Coimbra 07

Revista Portuguesa de História
t. XXXIX (2007)
pp. 255-271

A História uma Ciência em Mudança: Novos e Velhos Temas na Investigação Histórica

MARGARIDA SOBRAL NETO
Professora Associada com agregação da
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura

“A História é filha do seu tempo”

Introdução

Propomo-nos apresentar neste artigo, que resulta de uma comunicação proferida no 3º Curso de Inverno organizado pelo Instituto de História Económica e Social, uma breve síntese sobre as principais tendências da historiografia produzida no século XX, bem como sobre as problemáticas orientadoras da investigação histórica actual. Em nota de rodapé, indicamos algumas obras representativas dos vários géneros historiográficos.

1. Tendências Historiográficas (1900-1970)

A História é um dos mais antigos ramos do saber. A disciplina científica tal como hoje a concebemos é, no entanto, mais recente, afirmando-se no século XIX, período em que a História se institucionalizou autonomizando-se

como campo de docência universitária¹. No mesmo contexto, a História viu reconhecido o estatuto de ciência legitimado na solidez metodológica da crítica dos documentos, de influência alemã (Ranke), e na adopção do paradigma discursivo das ciências naturais (Fustel de Coulanges).

Em termos de conteúdo, os historiadores oitocentistas desbravaram vários campos, constituindo-se, no entanto, como referência a historiografia positiva, de cariz político e institucional, que produziu uma narrativa que entretecia factos únicos numa sequência cronológica e linear de causalidades². Este género historiográfico foi alvo de violenta crítica por parte de François Simiand, autor que acusou os historiadores de se confinarem à adoração de “três ídolos” (Simiand): o cronológico, o político e o factual num texto intitulado “*Méthode historique et science sociale*” (1903)³.

Perante este repto colocado pelas ciências sociais emergentes, sobretudo pela Sociologia, e em sintonia com os desafios de uma sociedade em mudança, um grupo de historiadores, em que se destacam Marc Bloch e Lucien Febvre, desencadearam um processo de renovação da pesquisa e da construção históricas que passou pela inovação ao nível dos problemas e conteúdos, das fontes, dos métodos e dos modelos teóricos⁴.

Neste contexto, as correntes mais inovadoras da historiografia europeia, até à década de 70 do século XX, substituíram o individual pelo colectivo, os acontecimentos políticos pelos fenómenos económicos, sociais, e mentais. Procuraram a apreensão das linhas estruturantes do processo histórico, articulando estruturas com dinâmicas conjunturais⁵.

No plano metodológico há que destacar a utilização de núcleos massivos de fontes seriais (registos paroquiais, notariais, fiscais, preços, salários e dízimos) e a criação de uma metodologia quantitativa adequada ao tratamento dos dados extraídos dessas fontes. Cruzaram-se indicadores (preços e produção, preços e

¹ Sobre os sentidos epistémicos da evolução historiográfica ver: Catroga, Fernando – *Caminhos do fim da História*. Coimbra: Quarteto, 2003.

² Sobre o enquadramento problemático e metodologia de construção positivista ver: Langlois, Ch. V., Seignobos – *Introduction aux études historiques*, Paris, 1898.

³ Simiand, François – “*Méthode historique et science sociale*”, *Revue de synthèse historique*, 1903, p. 129-157.

⁴ Bloch, Marc – *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1965; Febvre, Lucien – *Combates pela História*. Lisboa: Editorial Presença, 1977, 2 vols; Braudel, Fernand – *Escritos sobre a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

⁵ Le Goff, Jacques, Chartier, Roger e Revel, Jacques – *A Nova História*. Coimbra: Almedina, 1990; Ciro F. S. Cardoso, Brignoli, H. Pérez – *Los métodos de la historia*. Barcelona: Editorial Crítica, 1977.

óbitos), praticou-se o método comparativo e procuraram-se comportamentos diferenciais.

Tendo sempre como meta a construção de uma “história total”, construiu-se um conhecimento, estatisticamente alicerçado, nas áreas da história económica, demografia histórica, história social e das mentalidades.

Num tempo de defesa da interdisciplinaridade, os historiadores inspiraram-se em modelos teóricos e metodológicos provenientes da geografia, da economia, da sociologia e da demografia. Por sua vez, a estatística e a informática constituíram-se como instrumentos indispensáveis para a construção histórica.

O conhecimento produzido pelos historiadores foi divulgado através de obras individuais ou colectivas e de revistas, sendo as mais influentes as seguintes: *Economic History Review* (1926); *Annales d'Histoire Économique et Sociale* (1929); *Past and Present* (1952); *Comparative Studies in Society and History* (criada em 1958); *Journal of interdisciplinary History* (1970).

1.1. História Económica e Social

Estruturas e sistemas económicos. Dinâmicas de conjuntura. Crises

Até à década de oitenta do século XX destacam-se, na historiografia europeia, em particular na francesa, os estudos sobre movimentos e flutuações económicas utilizando como principais indicadores os preços, os salários, as rendas, os quantitativos de produção agrícola e industrial e a moeda. Estes estudos pretendiam dar uma resposta ao problema do crescimento nas sociedades pré-industriais, manifestando igualmente um particular interesse pelo estudo das crises económicas.

Os períodos mais tratados pela historiografia francesa foram as épocas medieval e moderna. Por sua vez, na Inglaterra e na Alemanha, países mais industrializados, os historiadores dirigiram os seus estudos de natureza económica e social para os séculos XIX e XX⁶. Para matizar o quadro, é necessário não

⁶ Cipolla, Carlo M. – *Entre la historia y la economia. Introducción a la historia económica*. Barcelona: Editorial Crítica, 1991 (conteúdos, fontes e métodos da história económica); Simiand, François – *Le salaire, l'évolution sociale et la monnaie: essai de théorie expérimentale du salaire*. Paris, 1932, 3 vols; Simiand, François – *Les Fluctuations économiques à longue période et la crise mondiale*. Paris, 1932; Labrousse, Ernest – *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle*. Paris: Dalloz, 1932; Chaunu, P. – *P. Séville et l'Atlantique (1504-1650)*. S.E.V.P.E.N., Paris, 1955-59; Godinho, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal 1750-1850*. Paris, 1955; Idem, *Introdução à História Económica*. Lisboa, s.d; Goy, Joseph; Ladurie, Emmanuel Le Roy – *Les fluctuations du produit de la dîme. Conjoncture*

esquecer a *New economic History*, campo desenvolvido nos Estados Unidos, com grande sofisticação teórica e metodológica, e que aplicava, e aplica, ao passado modelos explicativos da economia actual, utilizando métodos de simulação histórica, denominados contrafactuais.

1.2. Demografia Histórica

Comportamentos demográficos e estrutura da família

A demografia histórica foi uma das áreas mais cultivadas na primeira metade do século XX, em particular na Inglaterra (*Cambridge Group for the History of Population and Social Structure* – Peter Laslet, Wrigley) e em França (Louis Henry, Poussou). Com base numa metodologia de recolha e tratamento de dados colhidos nos registos paroquiais e em listas nominativas, quantificaram-se efectivos populacionais, estudaram-se comportamentos demográficos (natalidade, nupcialidade, mortalidade), apuraram-se taxas de fecundidade, e analisaram-se os movimentos da população articulando-os com os meios de subsistência e as flutuações económicas, reconstituíram-se famílias e definiram-se tipologias de grupos domésticos⁷.

1.3. História Social

Estruturas, hierarquias e relações sociais

A história social desenvolveu-se em estreita conexão com a história económica, mas foi abordada igualmente numa perspectiva mais especializada. Neste sentido, os historiadores da sociedade, muitas vezes em diálogo com sociólogos e antropólogos, identificaram grupos sociais e categorias socioprofissionais, mediram níveis de fortuna, travaram um debate (Mousnier, Soboul) sobre os

décimale et domaniale de la fin du Moyen Age au XVIIIe siècle. Paris-Haia, Mouton, 1972, 2 vols.; Anes, Gonzalo – *Las Crisis Agrarias en la España Moderna*. Madrid: Taurus Ediciones, 1974.

⁷ Meuvret, J. – “Les crises de subsistance et la démographie d’Ancien Régime”. *Population*, 1946; Henry, Louis, Fleury, M. – *Nouveau manuel de dépouillement et d’exploitation de l’état civil ancien*. Paris, 1956; Gautier, E., Henry, L. – *La Population de Crulai, paroisse normande*. Paris: INED, 1958; Guillaume, P., Poussou, J. – *Démographie historique*. Paris: Armand Colin, 1970; Amorim, Maria Norberta – *Método de exploração dos livros de registos paroquiais: Cardanha e a sua população de 1573 a 1840*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos, 1980.

princípios hierarquizadores das sociedades pré-industriais e construíram modelos explicativos da evolução social (marxistas, estruturalistas, funcionalistas)⁸.

Os camponeses e os respectivos senhores foram objecto de particular destaque pelas historiografias francesa e polaca. Por sua vez, as historiografias inglesa e alemã deram relevo ao estudo das burguesias e do operariado.

1.4. Movimentos sociais

A análise dos macro processos económicos e sociais processou-se ao nível estrutural, mas foi sensível igualmente à dinâmica da conjuntura, marcada muitas vezes pela conflitualidade social, que assumiu a forma de revoluções e diversos movimentos sociais, como motins, levantamentos e revoltas⁹.

1.5. As Monografias Regionais

Alguns estudos de processos económicos, sociais e mentais, a nível macro, e muitas vezes de âmbito nacional, foram possíveis graças ao trabalho de grandes equipas de investigação. O estudo articulado destes processos com vista à construção da ambicionada história total, implicava, entretanto, a redução da escala espacial de análise. Com este objectivo, e na sequência das monografias regionais elaboradas por geógrafos, historiadores ingleses e franceses dedicaram-se à realização de estudos locais e regionais, que se reportaram sobretudo a períodos anteriores ao século XIX, tempo em que a integração nacional dos territórios era, em muitos casos, ainda muito imperfeita.

⁸ Labrousse, Ernest – “Voies nouvelles vers une histoire de la bourgeoisie occidentale aux XVIII et XIX siècles (1750-1850)”. *Congrès des sciences historiques de Rome*, 1955; Daumard, A. – *La bourgeoisie parisienne de 1815 a 1848*. Paris: La Haye-Mouton, 1969; Mousnier, R. – *La stratification sociale à Paris aux XVII et XVIII siècles*. Paris: PUF, 1976; Julian Casanova – *La historia social y los historiadores*. Barcelona: Editorial critica, 1991 (síntese sobre as grandes tendências da história social).

⁹ Labrousse, Ernest – *La crise économique de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la révolution*. Paris: PUF, 1944; Porchnev, Boris – *Les soulèvements populaires en France de 1623 à 1648*. Paris: SEVPEN, 1963; Hobsbawm, E. J. – *Primitive Rebels. Studies in Archaic Forms of Social Movement in the 19th and 20th Centuries*. Londres, 1959; Nicolas, Jean (dir.) – *Mouvements Populaires et Conscience Sociale. XV-XIX siècles*. Paris: maloine s.a. editeur, 1985; Para Portugal ver: Oliveira, António – *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no Século XVII*, Coimbra: Instituto de História económica e Social/Faculdade de Letras, 2002.

Historiadores pioneiros na realização de histórias regionais foram Pierre Goubert e Fernand Braudel, autor que elaborou um estudo notável, de âmbito transnacional, sobre a região mediterrânica, o *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo no tempo de Filipe II*¹⁰. Esta obra é, na minha perspectiva, um marco maior na historiografia do século XX, por ser aquela que mais se aproximou da “utopia” da construção da história total e também pelo facto de, privilegiando embora a análise dos fenómenos de longa duração, ter demonstrado que o processo histórico era ritmado por múltiplos ritmos ou tempos, marcado por avanços e recuos, circunstância que viria a provocar uma alteração profunda do conceito linear e progressivo de tempo tão caro à História durante muito tempo¹¹.

A História local e regional marca a historiografia portuguesa desde os anos setenta, salientando-se como uma das áreas de inovação teórica e metodológica¹².

1.6. Construção de modelos explicativos

Os estudos dos macro processos a nível regional, nacional ou transnacional, inspirados em sistemas interpretativos globais (marxismo, estruturalismo, funcionalismo), e utilizando metodologias que permitiram o cruzamento, quantitativo e qualitativo, de diversas variáveis, permitiram a elaboração de modelos interpretativos do funcionamento das sociedades de Antigo Regime - caso do modelo económico ou do modelo demográfico - ou de teorias mais ambiciosas como a elaborada por Wallerstein, com base nos estudos de Braudel, que pretende explicar o funcionamento do sistema económico mundial e, de forma especial, o problema das assimetrias de desenvolvimento¹³.

¹⁰ Goubert, Pierre – *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730. Contribution à l’histoire de la France du XVII^e siècle*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960; Braudel, Fernand – *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l’époque de Philippe II*, Paris: Armand Colin, 1949.

¹¹ Braudel, Fernand – *Escritos sobre a História*, ob.cit.

¹² Oliveira, António – *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1971, 2 vols; Silva, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, 1986, 2 vols; Romero, Joaquim – *O Algarve Económico. 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998; Ribeiro, Ana Isabel Sampaio – *Estruturas, redes e dinâmicas sociais. A comunidade de Eiras em finais do século XVIII*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006.

¹³ Wallerstein, Immanuel – *O sistema mundial moderno*, vol.I (*A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*), vol. II (*O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750*). Porto: Afrontamento, 1990-94 (ed. original 1974).

1.7. As sínteses da década de setenta

O grande esforço de pesquisa desenvolvido até aos anos oitenta do século XX por investigadores individuais, e sobretudo por grandes equipas, produziu o conhecimento que permitiu a elaboração de algumas sínteses¹⁴. Em Portugal, o tempo das sínteses chegou apenas na década de noventa com a publicação de Histórias de Portugal e diversas obras temáticas¹⁵.

2. Tendências Historiográficas (1970-2000)

Os historiadores franceses denominam o tempo que decorre entre a segunda guerra mundial e os meados dos anos setenta como “les trente glorieuses”, período correspondente ao esforço de reconstrução da Europa, na sequência da segunda guerra mundial, que coincide com uma época de crescimento económico e de recuperação de alguns valores profundamente abalados nas décadas de trinta e quarenta, nomeadamente a ideia de progresso e de crença nas capacidades da razão e da ciência para a transformação do mundo.

Este clima optimista veio, entretanto, a alterar-se progressivamente, a partir da década de setenta, por influência de diversos acontecimentos de que destaque: a contestação à ordem estabelecida protagonizada pelo movimento de Maio de 68, a crise económica desencadeada nos anos setenta, as vicissitudes políticas dos países de leste que culminaram na queda do muro de Berlim e uma percepção mais aguda dos problemas sociais (pobreza, doença, guerra) e dos problemas ecológicos.

O desencanto decorrente da falência de algumas promessas da modernidade teve o seu impacto nas ciências sociais e consequentemente também na História. Numa reacção à abordagem massificada, de base quantitativa, dos macro-processos económicos, sociais, culturais e mentais, produtora de um conhecimento considerado “desumanizado”, alguns historiadores retomaram o

¹⁴ Bath, B.H. Slicher van – *Historia agraria de Europa occidental, 500 – 1850*. (tradução), 2ª edição, Barcelona, 1978 (ed. original, 1962); Laslett, Peter – *O mundo que nós perdemos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1975 (ed. original, 1965); Duby, Georges; Wallon, Armand (dir.) – *Histoire de la France Rurale. vol. II (1340-1789); vol. III (1789-1914)*. Paris: Éditions du Seuil, 1976; Braudel, F. – *Civilisation matérielle, économie et capitalisme. Vol.I (Les structures du quotidien)*, vol. II (*Les jeux de l'échange*), vol. III (*Le temps du monde*). Paris: Flammarion, 1979 (Há tradução portuguesa).

¹⁵ Oliveira, César – *História dos municípios e do poder local*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1997; Betthencourt, Francisco, Chaudhuri, Kirti – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998-1999, 4 vols; Azevedo, Carlos Moreira – *História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000-2, 3 vols.

objectivo proposto para a História por Marc Bloch, o estudo do “homem todo e de todos os homens”, e procuraram investigar a vida dos homens concretos na multiplicidade das suas expressões.

A procura de novos campos de investigação decorre também do facto dos territórios tradicionais se manifestarem pouco produtivos. Com efeito, em muitos casos as novas pesquisas limitavam-se a corroborar conclusões anteriores, não demonstrando, assim, potencialidades de inovação.

2.1. História Social

A demografia “revela” as mentalidades e o quantitativo processa-se ao terceiro nível

A partir dos anos setenta, a tentativa de compreensão dos comportamentos demográficos e da estrutura da família abriu múltiplos territórios do historiador de que destacamos: a sexualidade, as doenças, as atitudes perante a criança ou perante a vida e a morte, campos em que se articularam as metodologias qualitativas e quantitativas¹⁶.

Por sua vez, a história social passou a interessar-se pelo estudo de grupos que até aí não tinham sido considerados protagonistas da Grande História, caso das mulheres e dos grupos sociais marginais. Afirma-se, no mesmo contexto, o estudo dos comportamentos, nomeadamente o processo da sua modelação¹⁷. Tornam-se, igualmente, objecto de análise histórica múltiplos fenómenos sociais, como a pobreza, a violência e a criminalidade, e as instituições de repressão e controlo social¹⁸.

¹⁶ Ariès, P. – *Histoire des populations françaises et de leur attitude devant la vie depuis le XVIII siècle*. Paris: Seuil, 1971; Biraben, J. N. – *Les Hommes devant la peste en France et dans les pays méditerranéens*. Paris: La Haye-Mouton, 1975; Vovelle, M. – *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIII siècle*. Paris: Plon, 1973.

¹⁷ Elias, Norbert – *O processo civilizacional*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, 2 vols. (1ªed. 1939); Muchembled, Robert – *La sorcière au village*. Paris, Gallimard, 1979; Muchembled, Robert – *L'invention de l'homme moderne. Sensibilités, moeurs et comportements collectifs sous l'Ancien Régime*, Paris, Fayard, 1988; Delumeau, Jean – *La peur en Occident*. Paris: Fayard, 1978.

¹⁸ Castan, Nicole – *Justice et répression en Languedoc à l'époque des lumières*. Paris, Farnmarion, 1980; Castan, Nicole – *Les criminels du languedoc. L'exigence d'ordre et les voies de ressentiment dans une société pré-révolutionnaire (1750-1790)*. Toulouse: Université de Toulouse le Mirail, 1980. Muchembled, Robert – *La violence au village. Sociabilité et comportements populaires en Artois du XV au XVIII siècle*. Brepols, 1989; Lopes, Maria Antónia Figueiredo – *Pobreza, Assistência e Controlo Social, Coimbra, 1750-1850*. Coimbra: Palimage Editores, 2000, 2 vols.

A Vida Quotidiana dos “homens com e sem história”

Aproximando-se das curiosidades do grande público o historiador percorreu as ruas e entrou na intimidade dos lares revelando objectos, ambientes, atitudes e sentimentos dos “homens de carne e osso”¹⁹.

2.2. História Política

Os retornos e a nova história política

Em reacção ao papel central que a história política tinha ocupado na historiografia positivista, este género foi subalternizado pelas correntes mais inovadoras da historiografia até à década de setenta, sobretudo pela francesa (as historiografias inglesa, alemã e norte americana continuaram a cultivar a história política).

A partir desta data, reabriu-se o debate em torno da história política. Proclamou-se o retorno do acontecimento (Pierre Nora) e do indivíduo. Por sua vez, René Remond contrariando as teorias que diluíam a política no social, ou que a viam como um mero reflexo das dinâmicas económicas e sociais, defendeu que “a política é um lugar de gestão da sociedade global”²⁰.

A nova história política dedicou-se ao estudo das manifestações simbólicas do poder, e, na linha de Foucault, à identificação de múltiplos poderes, formais e informais²¹. Em articulação com a história social, elaboraram-se estudos prosopográficos dos homens do poder²². Por sua vez, as biografias de reis e rainhas e outras personalidades políticas invadiram as estantes das livrarias.

2.3. Da Macro à Micro História: A redução da Escala de Observação

Uma das correntes mais inovadoras da História, tanto do ponto de vista teórico como metodológico, a partir dos anos oitenta, tem sido a micro-história,

¹⁹ Farge, Arlette – *La vie fragile, Violence, pouvoirs et solidarités à Paris du XVIIIe siècle*, Paris: Hachette, 1986; Farge, Arlette – *Vivre dans la rue à Paris au XVIII siècle*. Paris: Gallimard, 1979.

²⁰ Rémond, René (dir.) – *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988; Farge, Arlette – *Dire et Mal Dire. L’Opinion Publique au XVIII Siècle*. Paris: Seuil, 1992.

²¹ Bourdieu, Pierre – *O Poder simbólico*. Lisboa: Diffel, 1989; Foucault, Michel – *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²² Silva, Andréa Mansuy Dinis – “Une voie de connaissance pour l’histoire de la société portugaise au XVIII siècle: les micro-biographies (Sources – Méthode – Étude de cas)”, *Clio*, vol. 1, 1975.

corrente difundida em vários países, mas que nasceu num país historio-graficamente periférico, a Itália, o que constituiu um bom prenúncio dos novos tempos.

A novidade desta corrente, ou correntes (atendendo à sua diversidade), reside na redução da escala de observação, temática ou espacial, para tentar captar comportamentos de “homens concretos”, reconstituindo percursos individuais (biografias e histórias de vida), perfis e redes sociais (estudos prosopográficos, *network analysis*), para tentar apreender o excepcional, mas também o pormenor revelador dos grandes processos²³.

2.4. História da Cultura

A cultura popular e a cultura das elites. O simbólico

A história da cultura foi um ramo cultivado ao longo de todo o século XX. Até à década de oitenta, a investigação histórica centrou-se, entretanto, num conceito mais restrito de cultura que abrangia a cultura erudita e das elites, os movimentos culturais (humanismo, iluminismo) e as instituições de cultura (Universidades e Academias).

A partir da década de setenta, o conceito de cultura alarga-se e diversifica-se abrangendo as manifestações da cultura popular, nas suas múltiplas expressões, e as denominadas culturas subalternas. Para além disso, é atribuído à cultura um papel preponderante na organização das vivências sociais, assumindo-se como um factor explicativo englobante²⁴. Em articulação com a antropologia cultural, a linguística e a crítica textual, os historiadores dedicaram particular atenção às linguagens, ao simbólico e às representações sociais.

3. As Incertezas da História na Viragem do Século XX

Algumas das novas abordagens da história da cultura levaram a História a cruzar-se na última década do século XX com o movimento denominado

²³ Lévi, Giovanni – *Le pouvoir au village. Histoire d'un exorciste dans le Piémont du XVIII siècle*. Paris: Gallimard, 1989. Revel, Jacques – *Jeux d'Échelles. La micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard, 1996.

²⁴ Muchembled, R. – *Culture populaire et culture des élites dans la France Moderne (XV- XVIII siècle)*. Paris: Flammarion, 1978; Davies, Natalie Z. – *Les cultures du peuple, rituels, savoirs et résistances au 16^{ème} siècle*. Paris, Aubier Montaigne, 1979; Chartier, R. – *Lectures et Lecteurs dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Seuil, 1987; Ginzburg, Carlo – *Storia notturna. Una decifrazione del sabba*. Turim: Einaudi, 1989.

“linguistic turn”, fenómeno que viria a colocar no mesmo plano o discurso histórico e o discurso literário²⁵. Este equívoco repercutiu-se muito negativamente na História enquanto ramo de saber e disciplina científica, ao afirmar a impossibilidade da construção de um conhecimento que ultrapassasse a imaginação do historiador expressa na interpretação dos textos²⁶.

A ideia do fim da História proclamada por Fukuyama, bem como o relativismo histórico associada às correntes ditas “pós-modernas”, conduziram a ciência histórica a uma perda de protagonismo, situação para a qual convergiram outras circunstâncias como o facto de algumas ciências sociais, que tradicionalmente se dedicavam ao estudo da contemporaneidade, adoptarem, igualmente, a dimensão histórica, caso da Sociologia Histórica²⁷.

De destacar ainda a concorrência na elaboração de produtos históricos provinda das indústrias da cultura, do lazer e do entretenimento, por parte de pessoas que não dominam as regras da pesquisa e construção históricas, facto que tende a reflectir-se na desvalorização do próprio ofício de historiador.

A procura de princípios consensuais definidores da ciência histórica

O profundo abalo que a História sofreu na última década do século passado, motivado pelos factos atrás enunciados, levou alguns historiadores a lutarem pela valorização do papel da História no campo científico e na sociedade, procedendo a uma reflexão epistemológica sobre esta área do saber, bem como a uma avaliação teórica e metodológica dos princípios estruturantes da construção histórica. Para além de congressos especialmente dedicados à reflexão sobre estas matérias, de que são exemplo os realizados em Santiago de Compostela, sob a designação *História a Debate*²⁸, constituíram-se fóruns de discussão em revistas, caso da *History and Theory*. Neste contexto afirmou-se um campo de investigação e ensino sobre história da historiografia, forma de

²⁵ “Por un momento, los historiadores temieron que los bibliotecarios del futuro consignarían la historia a los mismos estantes que la ficción”, Fernández-Armesto, Felipe – “Epílogo: Qué es la historia ahora”, in Cannadine, David (ed.) – *Qué es la historia ahora*, Editorial universidad de Granada, 2005, p. 263-286.

²⁶ Iggers, Georg G. – *La ciencia Histórica en el siglo XX. Las tendencias actuales*. Barcelona: Idea Books, 1998.

²⁷ Josep Fontana – *La Historia después del fin de la Historia*. Barcelona: Editorial Critica, 1992.

²⁸ *MANIFIESTO DE HISTORIA A DEBATE*. Historia a Debate, Santiago de Compostela, 2004.

avaliar criticamente o vasto património de conhecimento que a ciência histórica produziu e produz²⁹.

4. Rumos da Pesquisa Historiográfica actual

4.1. A procura de uma História Global. As “*connected histories*”

As temáticas abordadas, actualmente, são múltiplas, constituídas por velhos e novos temas, sendo alguns apenas novos na forma e não na substância, o que nos permite dizer que a fragmentação continua a caracterizar o território do historiador³⁰.

Por entre a diversidade, é, entretanto, possível destacar algumas linhas temáticas em sintonia com os grandes problemas do nosso tempo. Num contexto de globalização, e progressiva integração, o que está na ordem do dia é a necessidade de conhecer experiências passadas de espaços articulados, nomeadamente os dominados por impérios ou países colonizadores. Um bom indicador desta tendência é o facto da Revista *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, ter escolhido para o primeiro número do ano de 2001 o tema “Une Histoire à l’ échelle globale” abordado em vários artigos que tratam o impacto das culturas europeias nos espaços colonizados.

Estes estudos, que se inserem numa linha historiográfica denominada post-colonial, revelam um particular interesse por apreender a recepção do global no local, a história que já recebeu o nome de “glocal”. Por outro lado, para além das relações de dominação, os historiadores olham agora para a vertente da negociação, da apropriação, da mestiçagem, das “*connected histories*” (a imagem do historiador electricista)³¹.

4.2. História Ecológica ou do Meio Ambiente

Os problemas da ecologia estão na ordem do dia. Neste contexto, surge, com toda a pertinência, o estudo das relações do homem com o meio ambiente

²⁹ Torgal, Luís Reis, Mendes, José M. Amado, Catroga, Fernando – *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

³⁰ Dosse, François – *L’ histoire en miettes. Des «Annales» à la «nouvelle histoire»*. Paris: La Découverte, 1987.

³¹ Subrahmanyam, Sanjay – “Connected Histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia”, in *Modern Asian Studies*, vol. 31, nº 3 (*The Eurasian Context of the Early Modern History of Mainland South East Asia, 1400-1800*, Jul., 1997).

ao longo da evolução histórica, a denominada *História Ecológica*, designação nova para um objecto de estudo que se enraíza na história rural.

Uma historiadora argentina, Micheline Cariño, que desenvolve pesquisas nesta área, apresenta assim a utilidade do seu trabalho: “Ao descobrir as estratégias civilizatórias que permitiram aos nossos antepassados estabelecer relações menos abusivas com o meio ambiente podemos enriquecer os projectos de desenvolvimento sustentável”³².

4.3. História das mulheres e da família

Atendendo ao papel crescente que a mulher desempenha na sociedade, prossegue, com grande inovação teórica e metodológica, a história das mulheres, não apenas como necessidade de legitimação histórica do seu protagonismo na sociedade actual, mas também com objectivo de conhecer a sua intervenção, durante muito tempo ignorada ou não reconhecida, caso do papel da mulher na vida política ou económica ou o seu papel no seio familiar³³.

Numa época de reorganização das estruturas familiares, os historiadores continuam a manifestar interesse pela história da família que é analisada não apenas na perspectiva das suas estruturas e funções, mas também sob o ângulo da qualidade das relações familiares, nomeadamente nas suas expressões conflituais.

4.4. A História dos poderes, das múltiplas formas de domínio e de governação

A história das instituições políticas nasce na época Liberal, tempo de construção do Estado oitocentista. Neste contexto, os conceitos *Estado*, *Absolutismo* e *Centralização* constituíram eixos estruturantes da pesquisa historiográfica, muito sensível igualmente à interpretação dos factos à luz do conceito de voluntarismo político de algumas figuras políticas eminentes.

³² Cariño, Micheline – “Historia Ecológica: una nueva síntesis en el marco de la historia global”. Carlos Barros (ed.), *Actas del II Congreso Internacional “Historia a Debate”*, Santiago de Compostela, 2000.

³³ COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA: “Visão histórica e perspectivas actuais”: actas. Coimbra: Fac. Letras/Instituto de História Económica e Social, 1986, 2 vols; Anderson, Bonnie y Zinsser, P. Zinsser – *Historia De las Mujeres: Una Historia Propria*. Barcelona, 1991; Duby, Georges; Perrot, Michelle – *História das mulheres*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995, 5 vols.

Em reacção ao papel central que esta forma de fazer história política ocupava nos inícios do século XX, este género historiográfico foi subalternizado pelas correntes mais inovadoras da historiografia, sobretudo francesa, até à década de sessenta. Por sua vez, a classificação de positivista atribuída à forma de narrar e interpretar os factos políticos, assumiu uma conotação negativa, esquecendo-se, por vezes, alguns críticos – caso de Lucien Febvre – (e sobretudo os leitores menos avisados dos críticos), do valiosíssimo contributo, em termos de metodologia histórica, trazido pela “Escola metódica”.

A partir dos anos sessenta, reabriu-se o debate em torno da história política, proclamando alguns autores o retorno do acontecimento (Pierre Nora) e do indivíduo³⁴. Por sua vez, outros historiadores, contrariando as teorias que diluíam a política no social (Foucault), ou que a viam como o mero reflexo das dinâmicas económicas e sociais, defenderam que a política era “um lugar de gestão da sociedade global” (René Remond)³⁵.

Entretanto, autores com formação na área da história do Direito, demonstravam que a história política e institucional tradicional trabalhava com conceitos, entre eles os já referidos – *Estado, Absolutismo, Centralização* –, cuja carga semântica se adaptava à compreensão da realidade oitocentista e novecentista, mas não à dos períodos anteriores. Bartolomé Clavero denominou essa forma de fazer História como “preconstituente”, História “que presume y establece a preexistencia de un Estado y de sus principales instituciones”³⁶.

De notar que o conceito de Estado, cujo aplicação muitos autores actuais rejeitam, é aquele cujo conteúdo semântico é, assim, definido por A. Hespanha: “O Estado é uma entidade que separa o público do privado, a autoridade da propriedade, a política da economia; que promove a concentração de poderes num único pólo e que, por isso, elimina o pluralismo político típico do Antigo Regime; instaura um modelo racional de governo, que funciona segundo normas gerais e abstractas”³⁷.

³⁴ Nora, Pierre – “O regresso do acontecimento” in *Fazer história*, Lisboa: Livraria Bertrand, 1981 (Edição original 1974), vol. I, p. 243-262.

³⁵ Remond, René (dir.) – *Pour une histoire politique*. Paris: Seuil, 1988, p. 8.

³⁶ Bartolome Clavero – “Cortes tradicionales e invención de la historia de España”, in *Las Cortes de castilla Y León, 118–1988*, Valladolid, 1990, vol. I, p. 147-195. Idem, “Debates Historiograficos” in Máximo Montanari, Emiliano fernández de Pinedo, Michel Dumoulin y otros, *Problemas Actuales de la Historia*. Salamanca: ediciones de la universidad de Salamanca, 1993, p. 199-209.

³⁷ Hespanha, António Manuel – *As estruturas políticas em Portugal na Época Moderna* in <http://hespanha.net>.

Considerar o estado absolutista como um mito passou a fazer parte do discurso de muitos historiadores que, entretanto, procuraram outras linguagens mais adequadas para interpretar o universo político, ou mais precisamente, o universo da cultura política, das sociedades de Antigo Regime³⁸.

Numa época, década de setenta, em que a Antropologia pontuava no seio das ciências sociais, registou-se uma atracção pelos seus conceitos e modos de decifrar as sociedades, integrando, alguns historiadores, no seu vocabulário leituras antropológicas do passado, o que, em alguns casos, significou, apenas, olhar a Época Moderna na sua alteridade, como “outra”, diversa das épocas medieval e contemporânea³⁹.

Um dos principais desafios residia, de facto, na necessidade de conferir uma identidade própria, uma espessura temporal específica, a uma época que se representava, em termos de organização política, como um período *entre* os tempos medievais e contemporâneos, um tempo de decomposição do feudalismo ou de transição para a modernidade liberal.

De notar, entretanto, que, nos anos setenta, o conhecimento sobre a época moderna era já substancial, fundamentalmente nas áreas da história económica e social e nas da História das populações, graças à pesquisa de historiadores de referência do séc. XX: Labrousse, Braudel, Goubert, Le Roy Ladurie, Mousnier, Meuvret, Peter Laslet, para citar apenas alguns. Devido a esta circunstância, quando se retomaram os estudos de História política já se dispunha de muita evidência empírica e conhecimento teórico sobre a organização da sociedade da Época Moderna, nos seus aspectos económicos, sociais, culturais e mentais.

Neste contexto, a nova história política configurou-se, sobretudo, como História social do poder. Esta nova forma de abordagem do sistema político começou a dar frutos com a publicação de trabalhos elaborados com base em metodologias provenientes da análise social, nomeadamente da prosopografia⁴⁰, micro-história⁴¹ e redes sociais (*network analysis*).

Esta última metodologia permite representar “o campo social” como uma “estrutura em rede” constituída por um conjunto de pontos e de linhas.

³⁸ Henshall, Nicolas – *The Myth of Absolutism: Change and continuity in early modern european monarchy*, London and New York: Longman, 1992.

³⁹ Bartolomé Clavero – *Tantas Personas como Estados. Por una antropología política de la historiografía europe.*, Madrid: Tecnos, 1986

⁴⁰ Genet, Jean-Pierre e Lottes, Gunther – *L'état moderne et les élites: XIIIe–XVIIIe siècles: apports et limites de la methode prosopographique*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1995.

⁴¹ A título de exemplo o livro muito conhecido de LEVI, GIOVANI – *Le pouvoir au village*. Paris: Gallimard, 1985 (Ver sobretudo o prefácio de Jacques Revel).

Os pontos representam os indivíduos, as linhas as interacções recíprocas. Vários investigadores encontraram na *network analysis* “les moyens d’expliquer le comportement des individus par l’étude des connexions présentes dans les relations des uns aux autres plutôt que par les attributs des personnes présentes dans le réseau»⁴². Este método permite identificar formas do “jogo político” que se desenvolvem fora do quadro institucional, inserindo-se na lógica do sistema de recompensas ou de trocas, caso da prestação de serviços régios de vária natureza em troca de recompensas pessoais, que podem assumir a forma de mercês ou cargos.

Ao mesmo tempo, o olhar dos historiadores da História política e das instituições foi-se deslocando de uma concepção centralista do poder para uma outra policêntrica, concepção de poder socialmente repartido por diversos grupos e instituições.

A história dos poderes locais surge na confluência de vários “territórios” do historiador, nomeadamente a história política e das instituições, a história urbana e rural, a história local, sobretudo a inglesa, e a história social, percurso historiográfico que, no caso português, está bem patente na historiografia de António de Oliveira, Romero Magalhães, Maria Helena da Cruz Coelho, Avelino Meneses, Francisco Ribeiro da Silva e Viriato Capela. Com efeito, estes autores após terem publicado obras de história económica e social, local ou regional, que constituíram as suas teses de doutoramento, dedicaram-se, em seguida, ao estudo do poder concelhio, elegendo os municípios como objecto autónomo da sua pesquisa.

Estes percursos historiográficos evidenciam o reconhecimento do papel do município na organização da vida local, na Época Moderna, e a consciência da necessidade de se estudar a instituição que funcionava como um pólo de poder e de organização da vida das comunidades; pólo de poder em interacção dinâmica com outros, locais e “centrais”.

4.5. A História das vivências religiosas e das religiões

Num momento em que assistimos à afirmação de fenómenos de religação ao sagrado, ou, em sentido oposto, a confrontos violentos em nome de

⁴² Luis Castellano, Juan, Dedieu, Jean-Pierre – *Réseaux, familles et pouvoirs dans le monde ibérique à la fin de l’Ancien Régime*, Paris: CNRS Éditions, 1998, p. 10.

fundamentalismos religiosos, cresce naturalmente o interesse pela História das religiões⁴³.

4.6. A História da Ciência

Finalmente, destaco a história da ciência. Num momento em que a ciência regista um espantoso avanço, os cientistas procuram conhecer o passado das áreas temáticas que cultivam, constituindo este ramo do saber um dos grandes campos de investigação interdisciplinar⁴⁴.

Conclusão

Ao longo do século XX, os historiadores interrogaram o passado sob prismas diversos numa tentativa de desvendarem “múltiplas faces da História”, carreando conhecimento que permitisse “agarrar” o presente de forma mais adequada, bem como construir um Futuro assente na espessura temporal da humanidade, o único Futuro sustentável.

A ciência histórica assume, hoje, um papel decisivo, constituindo uma bússola que nos permite situar nas diversas encruzilhadas da vida. Urge, assim, que ela seja convocada para a Escola e para o espaço público e político no sentido de ajudar a formar uma cidadania activa, cimentar identidades e sentimentos de pertença, sensibilizar para o convívio com a diferença e estabelecer os elos entre tradição e inovação.

⁴³ Consultar a, título de exemplo, as revistas *History of Religions*, Chicago: Chicago University Press e *Histoire & Religions*, Dijon: Editions Faton.

⁴⁴ Gavroglu, Kostas – *O Passado das Ciências como História*, Coleção História e Filosofia da Ciência nº 11, Porto: Porto Editora, 2007; Tavares, Conceição, Leitão, Henrique – *Bibliografia de História da Ciência em Portugal 2000-2004*. Centro de História das Ciências – Universidade de Lisboa, Braga, Barbosa & Xavier Artes Gráficas, 2006.